

IC - Inquérito Civil n. 06.2014.00000860-2

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA N.
0002/2019/01PJ/TRO**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por meio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Trombudo Central, neste ato representado pelo Promotor de Justiça, Michel Eduardo Stechinski, doravante designada **COMPROMITENTE**, e o **Victor Max Probst**, brasileiro, divorciado, filho de Elza Krause e Carlos Probst, portador da cédula de identidade n. 801.971, inscrito no CPF sob o n. 009.209.919-04, residente na Rodovia BR-470, n. 3150, KM 137, bairro Itoupava, MADESUL, telefones (47) 3521-8729 e 98811-9419, doravante designada **COMPROMISSÁRIO**, com base nas informações constantes nos autos do Inquérito Civil n. 06.2014.00000860-2, têm entre si justo e acertado o seguinte:

Considerando que a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, disciplinada pela Lei Complementar n. 197/2000, estabeleceu no art. 82, incisos VI, alíneas a e e, e XII, ser função institucional do Ministério Público a promoção das ações para defesa dos direitos constitucionais e outros interesses individuais indisponíveis, sociais, difusos e coletivos, facultando-lhe a instauração de medidas administrativas que se fizerem necessárias, conforme art. 83, inciso I, da mesma Lei;

Considerando que ao Ministério Público incumbe a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da CF), bem como a tutela de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF);

Considerando que a todos têm ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, consoante dispõe o artigo 225, caput, da Constituição Federal;

Considerando que a Lei n. 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, dispõe em seu artigo 2º, inciso VIII, que "a Política

Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: [...] VIII - recuperação de áreas degradadas;

Considerando que a Lei n. 6.938/1981, em seu artigo 3º, inciso I, define como meio ambiente "o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas fôrmas";

Considerando que o poluidor ou causador é a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta e indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental (art. 3º, inciso IV, da Lei n. 6.938/1981);

Considerando que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão aos infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (art. 2º e 3º da Lei n. 9.605/1998);

Considerando a Instrução Normativa n. 43 da FATMA, que regulariza a supressão de vegetação (espécie exóticas) em área de preservação permanente - app em área urbana e rural, e dispõe acerca da necessidade de recomposição vegetal das áreas suprimida;

Considerando que o compromissário realizou em área de preservação permanente, localizada na Estrada Geral Serra Azul, s/n, Localidade Serra Azul, no município de Pouso Redondo, no imóvel matriculado sob o n. 568, com oito mil e quatrocentos metros quadrados, o plantio de vegetação exótica das espécies Eucalipto e Pínus, mediante a supressão da vegetação nativa.

RESOLVEM

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos.

1 DO OBJETO

Cláusula 1ª: Este termo tem como objetivo a **reparação do dano ambiental** ocasionado pelo **COMPROMISSÁRIO** em área de preservação

permanente, localizada na Estrada Geral Serra Azul, s/n, Localidade Serra Azul, no município de Pouso Redondo, no imóvel matriculado sob o n. 568.

2 DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

2.1. DA OBRIGAÇÃO DE FAZER:

Cláusula 2ª: O **COMPROMISSÁRIO** compromete-se em elaborar o devido Projeto Ambiental requisitado pelo Instituto do Meio Ambiente, para recuperação da área, por profissional devidamente habilitado, no prazo de 90 (noventa) dias, que deverá ser submetido, até o fim do prazo referido, à análise e aprovação do Órgão Ambiental competente (IMA);

Parágrafo Primeiro: O Projeto a ser aprovado pelo Órgão Ambiental (IMA) integra este instrumento para todos os fins legais, assim como as respectivas licenças concedidas por esse órgão;

Parágrafo Segundo: As ações previstas no Projeto Ambiental serão executadas conforme cronograma aprovado pelo Órgão Ambiental e deverão estar concluídas no prazo máximo de doze meses, contados da aprovação.

Parágrafo Terceiro: Após aprovado o Projeto pelo Órgão Ambiental, o **COMPROMISSÁRIO**, a cada seis meses, remeterá a esta Promotoria de Justiça relatório de acompanhamento do Projeto, contendo a descrição das atividades realizadas e fotografias do local, firmado por profissional regularmente habilitado.

Cláusula 3ª: O **COMPROMISSÁRIO** se compromete em adotar todas as medidas necessárias para a recuperação da área degradada, cumprindo fielmente as obrigações assumidas no presente termo, além daquelas eventualmente indicadas no Projeto Ambiental, se necessário a sua confecção.

3 DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula 4ª: A fiscalização da recuperação da recuperação da área degradada será realizada pelo IMA, mediante elaboração de auto de constatação, a requerimento do Ministério Público, quando esgotados os prazos anteriormente previstos ou quando se fizer necessário, ficando estabelecido que será requisitada vistoria *in loco*, sem aviso prévio, até a integral reparação do dano.

4 DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMITENTE

Cláusula 5ª: o **COMPROMITENTE** compromete-se a não utilizar os

instrumentos jurídicos cabíveis em desfavor do **COMPROMISSÁRIO**, no que diz respeito aos itens ajustados, caso estes sejam devidamente cumpridos, bem como solicitar a fiscalização acerca do cumprimento do presente Termo de Ajustamento de Conduta.

5 DA MEDIDA COMPENSATÓRIA

CLÁUSULA 6ª: Como compensação ao dano ambiental causado, o **COMPROMISSÁRIO** pagará a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), destinado ao Fundo Estadual para Reconstituição dos Bens Lesados, parcelado em dez (10) vezes de R\$: 500,00 (quinhentos reais), sendo a primeira parcela a ser adimplida até o dia 10 do mês subsequente ao retorno dos autos do Conselho Superior do Ministério Público e assim sucessivamente.

6 DO DESCUMPRIMENTO

CLÁUSULA 7ª: O não cumprimento das cláusulas deste termo implicará o pagamento de multa pecuniária, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) por mês de descumprimento.

CLÁUSULA 8ª: Os valores atinentes às multas previstas nas cláusulas anteriores serão recolhidas ao **FUNDO PARA RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, criado pelo Decreto nº 1047, de 10.12.87 e com disposições constantes na Lei Estadual 15.694/11, cujo quantum deverá ser devidamente atualizado pelo índice oficial da Corregedoria-Geral da Justiça, desde o dia de cada prática até o efetivo desembolso;

CLÁUSULA 9ª: A inexecução do compromisso previsto nas cláusulas anteriores facultará ao Ministério Público, após decorrido o prazo pactuado, a imediata execução judicial do presente título, sem prejuízo das penas administrativas.

7 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 10ª: O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Cláusula 11ª: As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

Cláusula 12ª: Este título executivo não inibe ou restringe, de forma

alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

Cláusula 13ª: Eventuais questões decorrentes deste compromisso serão dirimidas no Foro da Comarca de Trombudo Central, local em que está sendo firmado o presente ajuste.

Cláusula 14ª O **COMPROMISSÁRIO** fica desde já cientificado de que com a formalização do presente Termo de Ajustamento de Conduta será promovido o arquivamento do presente Inquérito Civil, sendo-lhe possível, até a data da sessão do Conselho Superior do Ministério Público que apreciar a promoção de arquivamento, apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos, nos termos do art. 27 do Ato n. 335/2014/PJG

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso, em 3 (três) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial (art. 5º, §6º, da Lei n. 7.347/1985) e que será submetido à análise do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do art. 35 do Ato n. 395/2018/PGJ.

Trombudo Central, 23 de abril de 2019

[assinado digitalmente]

Michel Eduardo Stechinski
Promotor de Justiça

VICTOR MAX PROBST
CPF n. 009.209.919-04

Alexandre de Paula Martins
Engenheiro Florestal
CREA-SC 50.226-1